

CLEUCIO SANTOS NUNES

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

INTELLIGENTIA JURIS

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N972j Nunes, Cleucio Santos
Justiça tributária / Cleucio Santos Nunes. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

427p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0643-5

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Financeiro. I. Título.

CDD 341.39

CDU 341.39

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NUNES, Cleucio Santos. *Justiça tributária*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 427p. ISBN 978-85-450-0643-5.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

CAPÍTULO 1

SISTEMA TRIBUTÁRIO E MATRIZ TRIBUTÁRIA

BRASILEIRA	29
1.1 Noções de sistema tributário.....	31
1.2 Matriz tributária.....	38
1.3 Conceito de capacidade contributiva.....	48
1.3.1 Capacidade contributiva até a primeira metade do século XX.....	57
1.3.2 Capacidade contributiva após a segunda metade do século XX.....	60
1.3.3 Capacidade contributiva no Brasil	63
1.4 Conceitos de equidade e iniquidade tributárias	68
1.5 Tributos diretos e indiretos.....	80
1.6 Progressividade, regressividade e proporcionalidade tributárias	96
1.6.1 Controvérsias sobre proporcionalidade e progressividade.....	104
1.6.2 Teorias do benefício e do sacrifício comum	107
1.6.3 Teorias das equidades horizontal e vertical	113

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA ATUAL DA MATRIZ TRIBUTÁRIA

BRASILEIRA E SUAS ORIGENS.....	119
2.1 Indicadores tributários históricos.....	120
2.2 Indicadores tributários contemporâneos.....	123
2.3 Indicadores comparados.....	143
2.4 A ênfase da tributação sobre o consumo	145
2.4.1 O modelo vigente de tributação sobre o consumo.....	150
2.4.2 Efeitos jurídicos da tributação sobre o consumo.....	155

2.4.3	Efeitos econômicos e sociais dos tributos sobre o consumo	159
2.5	Tributação sobre renda e patrimônio (propriedade e herança)	163
2.5.1	Conceito de renda	165
2.5.2	Efeitos jurídicos e econômicos da tributação da renda	169
2.5.3	Princípios e regras jurídicas da tributação da renda	174
2.5.4	Tributação sobre a propriedade e efeitos	177
2.6	Iniquidade da matriz tributária brasileira	182
2.6.1	Relações entre tributação do consumo e da renda	185
2.6.2	O problema da regressividade	190
2.6.2.1	Regressividade da tributação em razão da renda	192
2.6.2.2	Regressividade da tributação em razão do consumo	196
2.6.2.3	Regressividade da tributação e os levantamentos da POF/IBGE	200

CAPÍTULO 3

POR UMA MATRIZ TRIBUTÁRIA JUSTA	207
3.1 Tributação para financiar a burocracia do Estado	209
3.1.1 Liberdade e propriedade na qualidade de direitos têm seus custos.....	217
3.1.2 Liberdade é uma visão de justiça no Estado fiscal	221
3.1.3 Os custos da garantia de liberdade para todos.....	224
3.1.4 Não existem melhores custos entre direitos negativos e positivos.....	226
3.1.5 A garantia dos direitos sociais e o seu custo tributário	229
3.2 Promoção da equidade e da justiça tributárias.....	234
3.2.1 Estado Democrático de Direito e igualdade democrática.....	236
3.2.2 Estruturas endógena e exógena da matriz tributária	243
3.2.3 Diferença entre valor, princípio e regra	254
3.2.3.1 Distinção entre princípios e regras jurídicas.....	255
3.2.3.2 Distinção entre valores e princípios	258
3.2.4 Equidade e justiça como valores.....	270
3.2.5 A opção pela justiça social e a liberdade	273
3.2.6 Noções contemporâneas de justiça social	278
3.3 Capacidade contributiva como critério de equidade tributária	284

3.3.1	Capacidade contributiva como princípio jurídico	285
3.3.2	Instrumentos de efetivação da capacidade contributiva	291
3.3.3	O mito da equidade por meio da progressividade	302
3.3.3.1	Impossibilidade da quota equitativa de cada contribuinte	303
3.3.3.2	Equidade tributária entre capacidades contributivas diferentes	307
3.3.4	O problema das presunções e a iniquidade da matriz tributária	314
3.3.4.1	O problema das deduções do IRPF e as alíquotas fictícia e real	318
3.3.4.2	Iniquidade do regime das deduções e presunções no IRPF	320
3.3.4.3	Isonomias, benefícios tributários e o problema da iniquidade	323
3.3.5	Capacidade contributiva: justiça ou equidade?	325
3.4	Identificação da justiça tributária	332
3.4.1	A escolha da justiça social como valor fundante da matriz tributária	335
3.4.2	Sociedade livre, justa e solidária	340
3.4.3	Solidariedade e tributação	345
3.4.4	Princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial	357
3.4.5	Estado Democrático de Direito simbólico e a função da matriz tributária	374
3.4.6	Desigualdade social ou o fracasso da matriz tributária justa	381
3.4.7	Proposta de fundamentos para a matriz tributária justa ..	391
CONCLUSÃO		407
REFERÊNCIAS		417